



Dezembro 2004
N.º 3

Neste número

- 1 Act4Europe (Agir pela Europa)
- 3 Protocolo entre a REDE, a CIDM e o CNE
- 3 Intercâmbio de Jovens "Looking Forward Together"
- 3 Conferência "Power and Participation: How can young women in Europe create the missing links"
- 4 Conciliar Família e Trabalho para as Mulheres e para os Homens: Do Direito às Práticas
- 5 Concurso de imagens SALTO
- 5 Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
- 5 O blog da REDE

Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens
RedeJovens@mail.pt

Act4Europe (Agir pela Europa)

A REDE organizou uma reunião de informação, debate e concertação de estratégias de intervenção com representantes da sociedade civil sobre o Projecto de Constituição Europeia, em 31 de Outubro de 2003 no Centro Europeu Jean Monnet, em Lisboa.

Esta reunião inseriu-se no âmbito da campanha Act4Europe (Agir pela Europa), que tem vindo a ser desenvolvida desde o início dos trabalhos de reforma dos Tratados Europeus pelo Grupo de Contacto da Sociedade Civil Europeia, então composto pelas quatro grandes famílias europeias de Organizações Não Governamentais – Direitos Humanos, Assuntos Sociais, Ambiente e Cooperação para o Desenvolvimento – e pela Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), tendo estado representadas organizações portuguesas que integram aquelas quatro grandes famílias europeias e se encontram filiadas na CES.

Aquela reunião contou com a presença do então Coordenador Europeu da Campanha, Nicolas Beger.

Num processo inédito em Portugal, Organizações Não Governamentais de todos os sectores e Organizações Sindicais chegaram a acordo sobre a seguinte Declaração Comum:

Declaração Comum da Sociedade Civil Portuguesa sobre a Reforma dos Tratados Europeus e a CIG

O GRUPO DE CONTACTO PORTUGUÊS QUE INTEGRA ONG DE DESENVOLVIMENTO, DE AMBIENTE, DE DIREITOS HUMANOS E DO SECTOR SOCIAL BEM COMO ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

EXORTA a Conferência Inter-Governamental a dar continuidade ao trabalho aberto e transparente iniciado pela Convenção sobre o Futuro da Europa não reincidindo no erro, cometido em anteriores CIG, de desenvolver os seus trabalhos à porta fechada.

EXIGE que a Conferência Inter-Governamental e o processo de ratificação que se lhe seguirá sejam desenvolvidos no espírito do novo projecto de artigo sobre o princípio da democracia participativa (Artigo 1-46) através de um diálogo regular, aberto e transparente com as organizações da Sociedade Civil.

EXORTA a Conferência Inter-Governamental a não se deixar monopolizar pelos interesses nacionais elaborando um texto que se traduza numa Constituição desajustada ao Séc. XXI.

REIVINDICA a elaboração duma Constituição Democrática baseada em direitos e em valores com os quais as cidadãs e os cidadãos da Europa se possam identificar no claro reconhecimento da sua diversidade e necessidades num espírito de solidariedade global e que contemple igualmente os instrumentos e mecanismos para os salvaguardar política e legalmente e para assegurar a

sua aplicação efectiva – um domínio que foi negligenciado durante a Convenção.

EXORTA a CIG

. **a incluir** explicitamente a igualdade entre mulheres e homens como um dos valores sobre os quais assenta a União na Parte I;
 . **a reforçar** os direitos e valores para o sector do desenvolvimento mencionados na Parte I;
 . **a garantir** a coerência entre os direitos e os valores fundamentais estipulados nas Partes I e II com os instrumentos políticos da Parte III relacionados com os direitos sociais, ambientais e humanos.

EXIGE a adopção duma linguagem rigorosamente neutra e inclusiva que reflecta mulheres e homens e da terminologia consolidada pelas principais fontes de Direito Internacional, designadamente, substituindo no Preâmbulo a palavra "seres" - terminologia à qual não subjaz nenhum conceito claro e consagrado - por "pessoas" ou "pessoas humanas".

Apelamos à Conferência Inter-Governamental para que:

. No domínio do Ambiente

- **reveja** os capítulos do projecto de Constituição elaborado pela Convenção no que respeita à política da UE no domínio da agricultura, coesão, transportes e comércio com o objectivo de a tornar mais coerente com o princípio do desenvolvimento sustentável;
 - **reforce** a importância da responsabilidade das instituições europeias para com as cidadãs e cidadãos da UE e o acesso aos Tribunais Europeus pelos mesmos e suas organizações, de acordo com a Convenção Aarhus UN-ECE;
 - **salvaguarde** a consistência do procedimento legislativo: as medidas ambientais de natureza fiscal ou relacionadas com a utilização de terras deveriam seguir o procedimento legislativo ordinário do voto por maioria no Conselho e da co-decisão parlamentar;
 - **anexe** um Protocolo de Desenvolvimento Sustentável, de

acordo com a proposta da Comissão Europeia.

. No domínio do Desenvolvimento:

- **confirme** os resultados positivos dos trabalhos da Convenção no que respeita à erradicação da pobreza como objectivo geral da UE, ao princípio da coerência das diferentes medidas e ao reconhecimento da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária como sendo competências partilhadas da EU;
 - **mantenha** uma definição clara nos capítulos legais sobre a Cooperação para o Desenvolvimento, assistência humanitária e cooperação com outros países não membros, avançada pela Convenção;
 - **assegure** que a Cooperação para o Desenvolvimento e a ajuda humanitária não sejam subordinadas à agenda política externa, comercial e de segurança da UE. A ajuda da Europa não tem por finalidade servir os interesses próprios da UE.

. No domínio Social:

- **garanta** os direitos e os valores estabelecidos pela Convenção no Projecto de Constituição;
 - inclua explicitamente no artigo 1-2 a igualdade entre mulheres e homens como um dos valores sobre os quais assenta a União;
 - **introduza** o voto por maioria para o processo de decisão no âmbito do artigo contra a discriminação (III-8) em vez do voto por unanimidade e confira efeito directo a este artigo;
 - **introduza** um novo mecanismo que torne possível futuras emendas à Parte III do projecto de Constituição relativa às Políticas Comunitárias sem a necessidade de recurso à convocação duma CIG.

. No domínio dos Direitos Humanos:

- **consagre** políticas que garantam o respeito integral pela Carta dos Direitos Fundamentais quer pelos Estados Membros quer pela UE;
 - **assegure** que os princípios contidos na Carta são implementados e invocáveis directamente perante os Tribunais, constituindo uma obrigação positiva dos Estados Membros, não sendo deixado ao seu arbítrio como está subjacente no

artigo II-52(5), e que sejam eliminadas as pretensas adaptações redaccionais introduzidas pelo Praesidium da Convenção que limitam o seu alcance;
 - **garanta** o acesso da UE não somente à Carta Europeia dos Direitos Humanos mas também à Carta Social Europeia e a outros instrumentos internacionais de Direitos Humanos para uma plena responsabilização sob as leis internacionais;
 - **consagre** políticas que garantam o respeito integral pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, nomeadamente quanto ao apoio aos requerentes de asilo e à correcta análise dos seus requerimentos com base na situação real dos direitos humanos nos países de origem e que garantam o direito de "non-refoulement".

O Grupo de Contacto Português incluiu as Organizações de Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres representadas no Lobby Europeu de Mulheres (LEM) e na Associação de Mulheres da Europa Meridional (AFEM), a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, a Amnistia Internacional - Secção Portuguesa (AI), a Plataforma de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, a Liga para a Protecção da Natureza, a Comissão de Juventude da União Geral de Trabalhadores (CJ -UGT), o Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN).

Actualmente o Grupo de Contacto Europeu integra as plataformas europeias das ONG dos sectores Social, Ambiental, de Direitos Humanos, de Direitos das Mulheres e da Cooperação para o Desenvolvimento.

O Grupo de Contacto da Sociedade Civil está, actualmente, a elaborar um Kit para as ONG sobre o processo de ratificação que incluirá, nomeadamente, análises, por sector, sobre o texto final do Tratado Constitucional Europeu, pretende-se, ainda, incluir uma sessão sobre a perspectiva das ONG nacionais relativamente ao processo de ratificação em cada Estado Membro, bem como sobre o envolvimento das ONG neste processo. **A Rede tem sido focal point da Campanha Act4Europe em Portugal.**



O intercâmbio foi centrado na discussão do papel das mulheres e das/os jovens na promoção da paz e as consequências das situações de conflito para as mulheres e crianças.

Em suma, através da discussão, reflexão e dinâmicas de aprendizagem não-formal sobre situações de conflito, procurou-se sensibilizar as/os participantes para a importância da tolerância e igualdade de género numa sociedade intercultural. Este projecto teve o apoio do Programa Comunitário JUVENTUDE.✍

Protocolo entre a Rede, a CIDM e o CNE

Vera Moreno

No âmbito do Protocolo de colaboração entre a REDE, a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e o Corpo Nacional de Escutas (CNE), o qual previa a troca de informação na área da igualdade de género e a formação em igualdade de oportunidades entre Mulheres e Homens foram continuadas, em 2004, as actividades iniciadas em 2003.

A terceira acção de formação integrada no projecto "Um Desafio à Coeducação no Escutismo: A Igualdade de Oportunidades" realizou-se nos dias 17 e 18 de Janeiro, em Ferragudo, no Algarve e a quarta acção de formação decorreu nos dias 13 e 14 de Março em Leiria.

Este projecto teve o apoio do Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS). ✍

Intercâmbio de Jovens "Looking forward together"

Joana Henriques

A REDE coordenou um projecto de intercâmbio de jovens intitulado *Looking Forward Together*, subordinado ao tema "Paz e Resolução de Conflitos: a Vivência Pacífica numa Sociedade Intercultural".

Tratou-se de uma parceria com as organizações *Mitad del Mundo* (Bélgica), *Future Youth Foundation* (Egipto), *Cooperazione Internazionale Sud Sud* (Itália) e *El Hassan Youth Award* (Jordânia).

O intercâmbio decorreu na Pousada da Juventude de Catalazete (Oeiras) entre 7 e 15 de Agosto e contou com a participação de 32 jovens dos vários países parceiros, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

O principal objectivo desta iniciativa foi promover entre as/os jovens participantes uma cidadania activa baseada no respeito entre as diversas culturas, tendo em conta que acolhia participantes da Europa e dos Países do Mediterrâneo.



Conferência "Power and Participation: How can Young Women in Europe Create the Missing Links?"

Maria do Mar Pereira

Entre 17 e 20 de Setembro de 2004, realizou-se em Bruxelas uma conferência internacional sobre o tema

“Power and participation: how can young women in Europe create the missing links?”, co-organizada pelo Lobby Europeu de Mulheres, pelo European Youth Forum, e pela World Association of Girl Guides and Girl Scouts. Participaram nesta conferência 40 jovens raparigas de diversos países da Europa e representando vários tipos de organizações.

Os objectivos principais deste evento foram a promoção do mainstreaming de género no trabalho das associações juvenis e a criação de um espaço de discussão da participação social, política e económica das (jovens) mulheres, em que se identificassem as barreiras à sua participação efectiva e se explorassem estratégias para ultrapassar essas barreiras e aumentar o envolvimento das jovens nos diversos níveis de tomada de decisão.

A REDE esteve representada neste encontro por Maria do Mar Pereira, que apresentou uma comunicação sobre “Issues of Gender in Schools” (Questões de Género nas Escolas) em que discutiu estratégias de intervenção em escolas e associações juvenis para sensibilização de jovens para a temática da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, e descreveu algumas das iniciativas dinamizadas pela Rede a este nível, nomeadamente no âmbito do projecto TK – Gender Youth.

Portugal esteve também representado por Cláudia Berjano (Associação de Mulheres Contra a Violência), uma das jovens participantes neste evento.

A conferência terminou com uma sessão no Parlamento Europeu, com a participação das deputadas europeias

Catherine Stihler, Lissy Gröner (membro do Comité Parlamentar de Juventude e Comité Parlamentar de Direitos das Mulheres e Igualdade de Género) e Hitrud Breyer (membro do Comité Parlamentar de Direitos das Mulheres e Igualdade de Género).

Anna Záborská, Presidente do Comité Parlamentar de Direitos das Mulheres e Igualdade de Género enviou uma mensagem escrita às participantes.

Durante a sessão no Parlamento Europeu, as participantes na conferência manifestaram o seu descontentamento face aos múltiplos mecanismos que impedem ou dificultam a participação social, económica e política das mulheres jovens e apresentaram recomendações sobre medidas prioritárias a tomar a nível local, nacional e Europeu para promover essa participação:

- implementar medidas de acção positiva a nível político para apoiar as mulheres, como por exemplo quotas e sistemas “zipper”;

- desconstruir estereótipos de género através da educação formal e não-formal;

- lutar contra todas as formas de discriminação de género e violência contra às mulheres;

- criar redes que apoiem as mulheres jovens a nível local, nacional e Europeu.

- incentivar as mulheres jovens a colaborarem activamente com associações juvenis e organizações não

governamentais de direitos das mulheres;

- tornar obrigatória a utilização em todos os documentos oficiais de linguagem não-sexista;

- regular e monitorar os média com o objectivo de evitar representações negativas ou estereotipadas das mulheres e impedir o “assédio visual” (a forma como os média e a publicidade utilizam a imagem das mulheres no espaço público). ✍



Conciliar Família e Trabalho para as Mulheres e para os Homens: Do Direito às Práticas

Sofia Fernandes

A AFEM – Associação de Mulheres da Europa Meridional – realizou em Ferrara (Itália) nos dias 26 e 27 de Fevereiro a Conferência de Encerramento do projecto Conciliar Família e Trabalho para as Mulheres e para os Homens: Do Direito às Práticas.

Este projecto mobilizou treze entidades parceiras em França, na Grécia, na Itália

e em Portugal, e contou com o concurso dum grupo de nove peritas juristas e sociólogas que habitualmente colaboram com a própria Comissão Europeia..

Pelo lado de Portugal, integraram esta parceria transnacional os mecanismos institucionais para a igualdade: CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, e CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – e as seguintes ONGDM: :Graal, Grupo de Acção Mulheres do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e a REDE.

Também do lado de Portugal, participaram no projecto como peritas Heloísa Perista, socióloga do Centro de Estudos de Intervenção Social e Maria do Rosário da Palma Ramalho, jurista, professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova.

"Como é sabido persistem enormes desequilíbrios entre mulheres e homens na distribuição dum recurso tão fundamental como tempo. Alguém já disse - e com inteira razão - que os homens estão na vida pública e no mercado de trabalho como se não tivessem família e as mulheres têm a seu cargo responsabilidades familiares como se não tivessem direito a uma intervenção política activa e à realização profissional. A conciliação não é apenas um corolário do princípio da igualdade em todos os domínios, é uma condição imprescindível realização de facto desse princípio" afirmou Ana COUCELLO Presidente da AFEM.

Também a Presidente da CIDM, Maria Amélia PAIVA, afirmou:

"A conciliação entre a vida familiar e profissional é um direito constitucional e o seu efectivo usufruto é essencial para o aprofundamento da democracia. A conciliação entre estas duas esferas deve, por essa razão, passar a ser conjugada não apenas no feminino mas também no masculino - para tal a partilha de responsabilidades, nomeadamente as familiares deve ser uma prioridade na

educação das crianças e jovens. Ao permitir que as cidadãs e os cidadãos possam alcançar maiores níveis de realização nessas duas importantes dimensões da vida promove-se igualmente uma maior disponibilidade e consciência para uma cidadania mais responsável e activa."

No âmbito deste projecto encontra-se a funcionar em www.afem-europa.org um Fórum de discussão aberto à participação de todas as pessoas que desejem colocar questões concretas sobre o exercício do direito à conciliação, apresentar sugestões ou simplesmente lançar ideias para o debate deste tema.

Após a Conferência de Encerramento encontrava-se prevista a publicação de um livro com os relatórios elaborados pelas peritas que colaboraram neste projecto e as suas recomendações finais.

✍

Concurso de imagens SALTO

Em Outubro, a REDE participou num concurso de imagens promovido pelo Cultural Diversity Resource Center do SALTO (Support, Advanced Learning and Training Opportunities), sobre o tema "Young People and Identity", enviando quatro fotografias tiradas durante o intercâmbio "Looking Forward Together". Duas dessas fotografias foram seleccionadas como vencedoras do concurso e serão integradas em publicações, kits de formação, brochuras e websites do SALTO. Foram estas as imagens vencedoras. ✍



Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres foi criada a 12 de Novembro de 2004. É uma associação de carácter social, cultural e humanista, sem fins lucrativos e independente sob o ponto de vista partidário, administrativo e confessional, que tem como membros ONGDMs.

As Associações que promoveram a constituição da Plataforma foram a Aliança para a Democracia Paritária, a Associação de Mulheres contra a Violência, a Associação para a Promoção das Mulheres e das Crianças Ciganas Portuguesas, o Graal, a Intervenção Feminina, a Mulheres Século XXI e a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. ✍

Blog da REDE:
<http://redejovens-igualdade.blogspot.com>

Acede e participa com os teus comentários !

.

Actividades e Participações ...

Durante o ano de 2004
**Conselho Consultivo da
Comissão para a Igualdade e
para os Direitos das Mulheres**

A Rede continuou a ter assento no CCCIDM.

De 18 a 25 de Janeiro de 2004
**Women's Rights: Participation
and Citizenship os Young
Minority Women**

Uma jovem da REDE participou neste curso de formação promovido pela Young Women from Minorities, em cooperação com a Fundação Europeia de Juventude do Conselho da Europa e Município de Eskiltuna (Suécia).

29 de Abril de 2004
**XVIII Jornadas de Política
Social/ISCSP**

Alexandra Sofia Silva da REDE participou neste evento com uma comunicação no âmbito do painel "Casais de Dupla Carreira".

De 4 a 6 de Maio de 2004
**Seminário Evocativo do I
Congresso Feminista e da
Educação**

Duas representantes da REDE participaram neste evento.

2 de Julho de 2004
**Reunião sobre "Género e
Educação"**

Alexandra Sofia Silva participou neste evento em representação da REDE.

16 de Julho de 2004
**Jantar comemorativo do
Aniversário do Conselho
Nacional de Juventude**

Duas representantes da REDE participaram neste evento.

19 de Novembro de 2004
Debate sobre a IVG

Ana Sofia Fernandes representou a REDE neste debate.



QUERES SER SÓCI@ E/OU VOLUNTÁRI@ DA REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS?

É super fácil ... basta que entres em contacto connosco enviando um email com o teu nome, idade, morada, nº de contribuinte, a tua formação escolar/académica para RedeJovens@mail. pt dizendo que queres ser sóci@ e/ou voluntári@. Podes também dizer-nos porque estás interessad@ em participar.

As nossas quotas são meramente simbólicas.

Contacta-nos!!! Esperamos por ti!!